

# ACESSO À UNIVERSIDADE: análise de alguns modelos alternativos de seleção

Heraldo Marelim Vianna\*

1.0 — A questão do acesso à Universidade desperta variadas reações, sendo praticamente impossível o estabelecimento de um consenso, pois diferentes são as óticas empregadas no exame do problema; contudo, a maioria parece concordar no que diz respeito à necessidade da demonstração de algumas qualificações básicas para a realização de estudos a nível de 3º grau. Ainda com relação a esse aspecto, a situação não é inteiramente pacífica, pois muitos advogam a abertura da Universidade a todos os cidadãos, sem maiores restrições. Evidentemente, essa é uma visão assintótica, impossível de concretizar-se, pelo menos no atual contexto brasileiro.

“A grande demanda social da educação em todos os níveis e a impossibilidade de atendimento imediato a essa solicitação geram, naturalmente, críticas — algumas contundentes, mas não destituídas de sentido — ao mecanismo de acesso ao ensino superior, que, no caso, é o exame vestibular. Assim, quando o vestibular é acoidado de possessivo, no sentido de que absorveria e desviaria os objetivos do ensino médio, tornando-o uma preparação específica para a Universidade; ou quando é acusado de rígido e pouco imaginativo, porque estruturado na verificação do convencional e, muitas vezes, do supérfluo, ou, ainda, quando tachado de discriminativo, pois favoreceria os que se situam em níveis sócio-econômicos elevados, em detrimento dos que arcam com o ônus de se situarem em níveis economicamente pouco favoráveis; e, ainda, quando o vestibular é acusado de elitista, porque se destinaria à seleção de uma suposta elite pensante — compreende-se a indignação desses termos, porque, ao longo dos anos, a universidade não se ajustou às necessidades de uma sociedade de massa. . .” (Vianna, 1980).

---

\* Do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas

2.0 — A Universidade de hoje não é a que foi idealizada por Humboldt, no século passado, é muito menos não é a instituição criada no medievo. A Universidade, ainda que seja um centro gerador de conhecimentos, um núcleo de análise e crítica das idéias que dinamizam a sociedade e uma fonte disseminadora de cultura, a Universidade, especialmente em nosso contexto educacional, é, por excelência, a instituição responsável pela formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho de uma sociedade que cada vez mais é influenciada pelos avanços da tecnologia. Essas características da Universidade devem ser levadas em consideração quando se discute o problema do acesso ao ensino de 3º grau, pois condicionam os critérios de admissão. Sendo uma instituição voltada para a criação do conhecimento, exige daqueles que a ela aspiram uma formação intelectual bem estruturada; sendo, também, um centro de formação profissional, estabelece pré-requisitos e procura identificar os que possuem aptidões específicas. As dimensões conhecimento e aptidão são indispensáveis, mesmo que a Universidade adote uma política de abertura e possibilite o seu acesso aos mais diferentes segmentos da sociedade. Esses são os pontos que constituem o núcleo da questão, no dimensionamento de modelos de seleção de candidatos à Universidade.

3.0 — Os atuais modelos de acesso ao ensino superior são, geralmente, variações do tradicional modelo de “concurso vestibular unificado”, com modificações não significativas no tipo de prova, na intensificação de algumas áreas de conteúdo e na logística de sua aplicação. Até agora nada foi realmente inovado e o quadro que hoje se configura resulta de adaptações, às vezes improvisadas, de antigas situações com vistas ao atendimento de interesses meramente paroquiais, ou, então, com o objetivo de solucionar problemas logísticos a fim de facilitar o manejo de elevado número de candidatos. Uma possível explicação para esse quadro estaria no fato de o problema do acesso à Universidade não ser objeto de estudos em profundidade, devendo-se reconhecer que, em geral, o assunto não costuma ser privilegiado pela comunidade acadêmica. A controversa questão do acesso à Universidade costuma ser proposta às vésperas dos exames, quando normas devem ser estabelecidas pelos órgãos centralizadores das decisões educacionais. E, naturalmente, as soluções são emergenciais, com vistas à superação de problemas que possivelmente se repetirão em futuro próximo.

4.0 — O concurso vestibular tem inúmeras ressonâncias, nos diferentes graus de ensino, e não pode ser analisado e discutido sem considerar o sistema educacional na sua totalidade. Introduzir mudanças na mecânica do vestibular ou apresentar novos tipos de prova muito possivelmente não terão repercussões duradouras no processo de seleção, pois em nada alteram a filosofia que deve dimensionar a questão do acesso à Universidade. Essas alterações partem, em geral, de situações específicas, surgidas em instituições com uma problemática particular, não sendo possível, conseqüentemente, a generalização dessas modificações. Observa-se, infelizmente, uma tendência, em nosso contexto educacional, no sentido de pura e simplesmente reproduzir situações encontradas em diferentes instituições, o que determina o aparecimento de inúmeras distorções, que certamente afetarão o processo de seleção, comprometendo a qualidade do material humano a ser formado.

5.0 — O problema do acesso à Universidade adquiriu uma nova dimensão na década de 60, com o surgimento, em São Paulo, da primeira experiência de exame vestibular unificado, que aos poucos se divulgou, sendo, finalmente, endossado pelo então Ministério da Educação e Cultura por intermédio de dispositivo legal. O modelo, na sua versão original, partia do princípio de que a seleção para a Universidade dever-se-ia basear numa avaliação geral da experiência educacional dos candidatos, evitando-se, assim, especializações precoces que poderiam deformar o estudante, por levá-lo a decisões existenciais que comprometeriam sua formação futura. O modelo reconhecia, implicitamente, que a Universidade possui uma dupla finalidade: gerar conhecimentos e preparar elementos para a sociedade tecnológica.

A utilização desse modelo foi razoavelmente pacífica durante quase uma década, até que, em meados dos anos 70, vozes dissidentes, por razões várias, passaram a contes-

tar a utilização de provas objetivas e a unificação do vestibular, ocorrendo a primeira ruptura do sistema no exame de acesso à Universidade de São Paulo, com o surgimento dos concursos vestibulares em duas fases.

6.0 — O exame vestibular em duas fases, organizado nos anos 70 em São Paulo, resultou da reação de alguns professores às provas com questões de múltipla escolha e à unificação do concurso, que desejavam fosse realizado por carreiras e cursos. Além do mais, havia o problema do crescente número de candidatos, que, à época, para uma única instituição, chegava a mais de 120.000 estudantes. Outros fatores também exerceram alguma influência na estruturação do exame em duas fases, como, por exemplo, a reação ao sistema de opções; contudo, os elementos realmente determinantes foram os já indicados. O modelo criado continuava sendo teoricamente unificado, mas apenas na data de sua realização, e atendia à reivindicação de segmento do corpo docente — a participação ativa da Universidade na seleção de seus próprios alunos.

Analisando-se a nova situação, percebe-se que se fundamenta em uma contradição: — as provas objetivas, acidamente condenadas com base em lugares-comuns sobre questões de múltipla escolha e ignorando os resultados de pesquisas empíricas nacionais e estrangeiras, passam a constituir um “provão”, fundamento da 1ª fase do novo modelo. Inconseqüentemente, a prova objetiva da 1ª fase tem caráter eliminatório. Se as provas objetivas de múltipla escolha eram vistas com restrições, quando utilizadas no processo classificatório, não poderiam, por uma questão de coerência, ser usadas para fins de seleção. Além do mais, uma única prova abrangente de todas as disciplinas do núcleo comum carece, evidentemente, de validade de conteúdo; por outro lado, esse tipo de prova não oferece resultados que possam ser considerados fidedignos.

A segunda fase do modelo baseia-se em provas discursivas, que, segundo os advogados da nova sistemática, mediriam mais adequadamente as aptidões dos candidatos. As evidências empíricas sobre esse posicionamento são inexistentes; as afirmações são meramente opinativas. No caso das provas discursivas, o problema torna-se mais preocupante em face da subjetividade dos julgamentos. Apesar da redução do número de candidatos pela primeira fase, o número de postulantes à Universidade costuma ser considerável, exigindo o envolvimento de centenas de professores estranhos aos quadros universitários. Assim, contrariando a pretensão inicial de a seleção ser realizada por elementos da própria instituição de 3º grau, na realidade, isso não vem ocorrendo. A segunda fase passa a depender dos critérios de avaliação de professores de segundo grau, que assumem o encargo e a responsabilidade de realizar esse trabalho.

O modelo de um vestibular em duas fases foi adotado por várias instituições universitárias — Universidade de São Paulo, Universidade do Estado de São Paulo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal de Goiás e Fundação CESGRANRIO, no Rio de Janeiro, entre outras; no entanto, começam a surgir manifestações de insatisfação, na medida em que muitas instituições acabam com um número relativamente grande de vagas ociosas, impondo-se a realização de novos exames, aos quais se inscreve a mesma população de candidatos anteriormente recusada, repetindo-se, assim, situação anterior à introdução dos exames unificados na década de 60.

7.0 — Uma nova proposta vem sendo apresentada aos meios universitários no sentido de realizar uma avaliação contínua ao longo do 2º grau. Esse novo modelo, inicialmente proposto pela Fundação CESGRANRIO, em reunião nacional realizada em junho de 1985, e, posteriormente, pela Universidade de Brasília, em seminário promovido pelo MEC em dezembro de 1985, quando foi discutido o VESTIBULAR HOJE.

A idéia de uma avaliação seqüencial, no curso de 2º grau, objetivaria eliminar o caráter episódico do atual exame vestibular e visaria a acompanhar o desenvolvimento do estudante ao longo de três anos, traçando-lhe um perfil de seus conhecimentos e aptidões, a fim de melhor situá-lo no contexto da vida universitária. A tese reveste-se de interesse, mas seria conveniente, antes da sua aceitação, apresentar respostas concretas às dúvidas que

esse modelo desperta, como as que são apresentadas a seguir:

1) A quem caberia a responsabilidade desse exame? Seria um exame federal ou estadual? A responsabilidade seria do Ministério da Educação ou das Secretarias de Educação? Qual a responsabilidade das Universidades? No caso da existência de várias Universidades, como proceder? Qual o posicionamento das Universidades particulares? Como seria resolvido o problema das Faculdades isoladas?

2) O conteúdo dos exames seria único? Como proceder para garantir a equivalência entre as diferentes formas de exames, tendo em vista que não existem, no nosso caso, instrumentos paralelos de medida? Quais seriam os padrões de avaliação? Haveria desempenho mínimo? Como seriam expressos os resultados das avaliações?

3) Como as universidades realizariam a seleção de seus candidatos? Haveria um ponto de corte nas avaliações? Qual? Haveria pontos de corte diferentes, por carreira ou cursos?

4) Qual a validade preditiva das provas aplicadas ao longo de 3 anos? Os instrumentos teriam características psicométricas predefinidas, isto é, seriam padronizados?

5) Como seria feita a seleção de indivíduos submetidos a tratamentos de avaliações diferentes?

6) Haveria um programa único, que orientasse as avaliações? Quem os definiria? Os programas não entrariam em conflito com os programas de ensino?

7) Qual o impacto desse tipo de avaliação sobre o clima e a cultura da escola de 2º grau? Esse tipo de avaliação não contribuiria para formar um ambiente de *stress* e neurotizante na escola de 2º grau? Não haveria um choque entre avaliação para a universidade e avaliação da escola?

8) Quem financiaria os custos desse avaliação? O Governo Federal, o Estado, o Município ou o próprio aluno?

O modelo de uma avaliação ao longo de três anos é tentador, mas precisaria ser melhor repensado, para evitar o seu fracasso e impedir que o já conturbado ambiente educacional seja ainda mais convulsionado. As dúvidas são muitas e outras indagações, além das anteriormente apresentadas, poderiam ser igualmente propostas.

8.0 - Observa-se nos meios acadêmicos uma tendência, aliás saudável, de valorizar o desempenho no ensino médio dos candidatos à Universidade e, nesse sentido, há quem proponha que a seleção para o ensino superior seja feita por intermédio de uma análise do histórico escolar, seguida de uma verificação da cultura geral dos aspirantes. A proposta apresenta inúmeras implicações, tendo em vista, especialmente, a atual estrutura do 2º grau. Várias decisões precisariam ser tomadas, tendo em vista a diversidade dos currículos e a multiplicidade das chamadas disciplinas "profissionalizantes". Levar-se-iam em consideração apenas as disciplinas do núcleo comum? Outro problema - esse bem mais complexo - seria o de como comparar os desempenhos. As avaliações nos históricos escolares ora são expressas em conceito ora apresentam-se sob a forma quantitativa e, em muitos casos, há situações mistas. O problema estaria na equivalência dos conceitos e das avaliações em geral. Um conceito *A* em um colégio de padrões rígidos teria o mesmo significado de um conceito semelhante num colégio menos comprometido com os rigores do ensino? Admitindo-se que esse problema seja superado, poder-se-ia dizer que os indivíduos desenvolveram as mesmas capacitações, tendo em vista a diversidade das estruturas dos programas desenvolvidos nos vários colégios. A análise de históricos escolares não é um problema simples de resolver e demandaria um considerável período de tempo, impossível de conciliar tendo em vista a pressão com que é realizado o processo de seleção para a Universidade.

A inclusão de uma prova de cultura geral, sob o fundamento de que aos jovens ingressantes faltaria uma visão de mundo, um domínio mais amplo de diferentes problemas situados fora do âmbito restrito da seriação escolar, é um assunto discutível. A suposta alienação dos jovens em relação a problemas sociais, econômicos, políticos e culturais deveria ser objetivo de pesquisa, para que se pudesse aceitar a questão em termos categóricos. A introdução dessa prova poderia acentuar ainda mais um viés que já exis-

te no acesso à universidade: — o favorecimento aos estudantes de nível sócio-econômico elevado. Por outro lado, seria difícil configurar os limites difusos de uma prova de cultura geral, tal a amplitude dos assuntos que poderiam ser enfocados. O modelo em questão refletiria numa visão elitista de Universidade e enfrentaria sérios problemas junto à comunidade estudantil.

9.0 — Existe uma preocupação em parte da comunidade acadêmica com o fluxo de estudantes na Universidade, que migram de um curso para outro, quando a instituição permite, ou desistem simplesmente, deixando vagas em aberto. Outros, ao contrário, permaneceriam nos cursos, mas sentir-se-iam frustrados, por não corresponderem às suas expectativas. Sugerem, então, um modelo de vestibular que incluísse, além das provas intelectuais, baterias de aptidão específica, a fim de garantir o posterior ajustamento às carreiras. O fenômeno apontado realmente existe, sendo mais crítico em certas áreas do que em outras, mas dificilmente seria resolvido através do vestibular, por que, na verdade, reflete uma problemática ligada à Orientação Vocacional e Profissional na escola de 2º grau. Admitindo-se, entretanto, que, por um passe de mágica, esse problema fosse resolvido a nível da escola média, ainda restaria um outro problema igualmente complexo — os testes de aptidão específica.

“Os testes de aptidão exigem um *know-how* científico que não pode ser improvisado, como ocorre, freqüentemente, com as provas de rendimento escolar usadas nos vestibulares. Infelizmente, pouco se tem pesquisado nessa área e não se cuidou da formação de pessoal qualificado no campo da estatística aplicada à educação, o que possibilitaria o desenvolvimento de técnicas mais precisas de seleção. O emprego de testes de aptidão, por outro lado, exigiria grandes investimentos para o desenvolvimento, a médio prazo, dos instrumentos e a realização de estudos específicos sobre a sua validade preditiva, o que, possivelmente, não estaria ao alcance de muitas instituições educacionais brasileiras, pelo menos na conjuntura atual” (Vianna, 1980).

O modelo sugerido, ainda que apresente aspectos relevantes, não teria condições de ser implementado, pelo menos a curto prazo, pela impossibilidade técnica e financeira de gerar o instrumental necessário para fins de seleção.

10.0 — A crise da linguagem, fenômeno que abrange diferentes países, inclusive do mundo desenvolvido, colocou em foco o problema do domínio da língua portuguesa, que se apresentaria deficiente nos candidatos à Universidade e exigiria uma seleção centrada na verificação do pleno domínio do vernáculo. Assim, com o visível intuito de simplificar o vestibular e dentro de uma visão de Universidade como agência profissionalizante, algumas áreas apresentaram um modelo de acesso consistindo em uma prova de português, seguida de uma prova específica por área.

A exigência de uma prova de português nos exames vestibulares é tranqüilamente aceita por toda a comunidade acadêmica, apesar de suscitar problemas técnicos em sua avaliação, especialmente na parte redacional. Os problemas, entretanto, podem ser resolvidos em alguns casos e em outros atenuados em suas conseqüências. A situação é bem diferente no que concerne às provas específicas por área. Ainda que se possa definir, com relativa facilidade, as diferentes áreas de conhecimento e profissionalização, agrupando carreiras e cursos, o mesmo não ocorre com a identificação de uma prova específica por área. Admitindo-se que seja viável uma prova representativa dos conhecimentos de uma área, isso teria implicações no sistema de ensino, gerando a supervalorização de algumas disciplinas e a minimização de outras. A escola de 2º grau, muito possivelmente, transformar-se-ia numa agência de especializações, perdendo o seu caráter de instituição que objetiva a formação geral.

11.0 — Alguns estudos preliminares parecem indicar que o atual sistema de acesso à Universidade estaria verificando, efetiva e predominantemente, duas dimensões: — a verbal e a numérica. Esses dois fatores são de real importância em qualquer atividade, especialmente nas ligadas à vida universitária. Assim sendo, existem propostas no sentido de que, a exemplo do que ocorre em outros países, o concurso vestibular fique restrito

to à verificação dessas duas habilidades. A prudência recomenda que essa proposta, por ser tentadora, seja analisada com as devidas cautelas, a fim de que não se propugne por um modelo que não é viável por diferentes razões. Estudos sobre essas capacidades, em nosso meio, ainda são escassos. Alguns esforços foram, sem dúvida, realizados, mas limitaram-se a alguns poucos centros culturais. Haveria necessidade do desenvolvimento de toda uma tecnologia, a partir, naturalmente, de experiências alienígenas e da formação de especialistas em estudos psicométricos, que não possuímos no momento. Seriam necessários estudos preliminares para determinação da validade preditiva e, sobretudo, da validade de construto, o que exigiria grandes investimentos. Diferentes versões paralelas desses instrumentos, devidamente padronizadas, deveriam ser construídas para possibilitar o seu emprego em sucessivos exames. Todo esse trabalho, além da *expertise* necessária, demandaria tempo e o investimento de grandes somas de dinheiro.

Quem financiaria tais atividades? Quem seria responsável pela elaboração dos instrumentos? Sem dúvida, os grandes centros universitários teriam capacitação técnica para o desenvolvimento, a médio prazo, desse instrumental, mas a grande maioria das instituições, carentes de recursos humanos e financeiros, não teria condições de concretizar esse projeto de modelo. A par disso, considerando-se a possível repercussão do posicionamento em relação ao acesso à Universidade, a escola de 2<sup>o</sup> grau seria afetada no desenvolvimento de seus currículos, com evidente prejuízo para a formação geral dos estudantes. Dessa forma, o modelo não seria viável de imediato e deveria ser complementado com outros exames, que, no conjunto, dariam um retrato mais realista do real desempenho dos candidatos à Universidade.

12.0 — Observa-se, em alguns setores, tendência no sentido de promover a atomização do vestibular, eliminando-se, assim, o seu caráter unificado. O modelo representa, certamente, um retrocesso, uma involução, porquanto retroage ao passado, quando em uma única instituição realizavam-se numerosos exames. O modelo em questão pretende a estruturação do vestibular em duas fases: a 1<sup>a</sup> geral e seletiva e a 2<sup>a</sup> específica e por curso. A primeira fase, comum a todos os candidatos, visaria a eliminar os menos capazes, selecionando os candidatos para um segundo momento, que seria o da identificação dos mais capazes por curso. Haveria, assim, tantos exames quantos fossem os cursos; ou seja, no caso das Licenciaturas em Letras, que em certas instituições chegam a uma dezena, haveria tantos exames quantos fossem os cursos em funcionamento. O trabalho seria repetitivo, oneroso e muito possivelmente em nada contribuiria para o aprimoramento do processo. A idéia é festejada por alguns, que estariam interessados em um contato mais estreito com os candidatos a fim de aquilatar interesses e vocações. O modelo não considera que o vestibular, por ser um exame de massa, não permite a verificação de certos atributos. A seleção por curso exigiria o envolvimento de todo o corpo docente, o que seria desejável, mas não factível; além disso, a operacionalização do trabalho se complicaria e a multiplicidade de critérios contribuiria para acentuar a natureza conflitiva do concurso vestibular.

13.0 — A imaginação criativa é extremamente fértil quando incide sobre modelos de acesso à universidade, apresentando situações absurdas, ainda que se revistam de uma certa lógica. Existem propostas no sentido de que se façam exames isolados para alguns cursos e exames por áreas para outros. A lógica dessa situação estaria em que certas áreas de grande procura, pelo prestígio social das carreiras, deveriam ter um concurso vestibular próprio, isolado; enquanto outras, menos atrativas e que possuem pontos de contato, poderiam oferecer um exame conjunto. Subjacente a esta proposta há duas idéias contrárias aos princípios do concurso vestibular unificado. A primeira é a própria idéia de unificação, que o modelo rompe, eliminando, assim, uma idéia generosa, que deveria ser aprimorada, por possibilitar múltiplas oportunidades ao estudante. A segunda idéia, que o modelo proposto procura eliminar, é a do sistema de opções, que, em geral, nos modelos em duas fases, é eliminado ou sofre restrições, tornando-o inteiramente inócuo. O modelo em questão introduziria complicadores e não constituiria um aprimoramento

no processo de seleção para a universidade.

14.0 – Alguns modelos refletem o radicalismo de certas posições e não representam uma contribuição substancial para o estudo e a análise da problemática do acesso à Universidade. A situação é muitas vezes apresentada em termos simplistas, sem considerar as inúmeras variáveis que podem influir sobre a pessoa humana e determinar o seu futuro. Os modelos até agora estudados e discutidos foram apresentados em seminários, simpósios e entrevistas à imprensa.

Algumas propostas de modelos de vestibular não consideram a real dimensão do problema, ao pretender, por exemplo, realizar o exame de acesso à Universidade com base em uma única prova discursiva sobre o núcleo comum. Se atentarmos para a estrutura do núcleo comum do 2º grau, que consta de *Comunicação e Expressão* (Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Educação Artística e Língua Estrangeira), *Estudos Sociais* (História, Geografia, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil) e *Ciências* (Matemática e Ciências Físicas e Biológicas e Programa de Saúde) veremos a total impossibilidade de estruturar uma prova discursiva adequada para verificar todas essas áreas, sem comprometimento da validade de conteúdo e da confiabilidade dos resultados, além de ser impossível a definição de parâmetros de avaliação que caracterizam diferentes níveis de desempenho.

15.0 – Um modelo de vestibular para a Universidade brasileira deve considerar que a instituição, apesar de objetivar a criação do saber, sofreu transformações ao longo de sua história, em decorrência de um complexo de fatores sociais, e que hoje tem a responsabilidade da formação de recursos humanos qualificados em nível superior; portanto, a Universidade de hoje é uma instituição voltada para a profissionalização. Por outro lado, o modelo não pode ignorar, igualmente, que o concurso vestibular é um exame de massa. A Universidade não é uma instituição exclusiva das elites econômicas, mas um organismo no qual todos os segmentos da sociedade se sentem com o direito de ingressar, com vistas a maiores conhecimentos, qualificação profissional e promoção social.

Além disso, os modelos de vestibular, considerando a sua característica de exame de massa, precisam utilizar um instrumental que ofereça resultados consistentes, que mereçam a confiabilidade de todos os envolvidos com a problemática do acesso à Universidade. Há todo um *folklore* sobre provas objetivas e provas discursivas, que deve ser suplantado pelas evidências de pesquisas empíricas já realizadas, em número considerável, no Brasil e que reproduzem resultados obtidos em outros contextos culturais. Finalmente, os modelos propostos devem atentar para a exequibilidade dos projetos, em termos de aplicação e de orçamento, considerando seus elevados custos, que podem comprometer as finanças institucionais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- VIANNA, H. M. (1980) – Processos alternativos de seleção para ingresso no ensino superior, *Cadernos de Pesquisa* (34), 35-37. Fundação Carlos Chagas. São Paulo.

